

GAZETA MERCANTIL

Senado aprova a LDO e a emenda das telecomunicações

por Letícia Borges
de Brasília

O Senado encerrou ontem o semestre legislativo votando mais uma emenda à Constituição. Por 62 votos a favor e 12 contra, os senadores aprovaram, em primeiro turno, a proposta que flexibiliza o monopólio das telecomunicações. Em seguida, por voto simbólico, em sessão do Congresso à qual compareceram 110 deputados, os senadores aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem alteração.

Mais uma vez, a liderança do governo entrou em campo para impedir que emendas tivessem adesões suficientes que remetessem a proposta das telecomunicações de volta à Comissão de Constituição e Justiça, retardando a tramitação. Segundo avaliação do líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), na primeira quinzena de agosto, três emendas — gás canalizado, navegação de cabotagem e empresa nacional — poderão ser votadas em segundo turno.

A flexibilização das telecomunicações vai requerer mais tempo — provavelmente só estará votada em se-

gundo turno em fins de agosto. Já a emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo, somente deverá estar chegando ao plenário do Senado em setembro. O relator da emenda, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse ontem que, se o governo até lá não enviar ao Congresso a sua proposta de regulamentação da matéria (com as garantias à Petrobrás que foram dadas pelo governo quando da votação na Câmara), ele vai mudar o texto. Cunha Lima pretende que a regulamentação se dê apenas por lei complementar, que requer quórum mais alto para aprovação.

Ainda ontem, Cunha Lima e a senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, tentaram apresentar emendas introduzindo a necessidade de lei complementar para regulamentar a quebra do monopólio das telecomunicações. Cunha Lima conseguiu 24 assinaturas, três a menos que o necessário, mas Júnia chegou a 28. O líder do governo, senador Elcio Álvares, no entanto, entrou em ação, transformando as adesões em “apoios”, o que não assegu-

ra a tramitação da emenda. O senador Roberto Freire (PPS-PE) também apresentou emenda, garantindo o caráter público da rede de comunicações. Igualmente não teve êxito. Os líderes governistas, no entanto, insistiram que tanto o presidente Fernando Henrique Cardoso quanto o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, garantiram que a questão constará do projeto de lei que o governo enviará ao Congresso para regulamentar a emenda.

Freire disse que, apesar de confiar no governo, preferia resguardar a questão agora, até porque não estava legislando para quem confia e que, amanhã, poderão estar os liberais do PFL no poder. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também insistiu na inclusão do caráter público da rede (que constava da proposta original do governo, mas foi retirada na Câmara), mas disse que o grande debate vai se dar na regulamentação da matéria. “Até agora estamos apenas desconstitucionalizando todos esses temas”, afirmou.

O congresso Nacional entra em recesso hoje.